

A Comunidade de Conceição e o início da ocupação do território

Maria Aparecida de Oliveira Souza *

Resumo: Apresento nesse artigo os pontos de inflexão sócio-históricos que fundam a representação da construção identitária da Comunidade de Conceição das Crioulas. Neste sentido, procuro discutir sobre questões que envolvem a construção da identidade “remanescente de quilombo”. Início tratando da história de ocupação da região, para isso destaco os critérios para reconhecimento da autoridade e da legitimidade de uma extraordinária diversidade fundiária contida nas ações do Estado brasileiro e de seus representantes. A história das ocupações territoriais foi experiência em que comunidades como a de Conceição das Crioulas não apenas sobreviveram, mas acabaram por se consolidarem, apesar e por contra de sua posição periférica e dos inúmeros conflitos.

Palavras-chave: comunidade, ocupação territorial, identidade.

Abstract: I present in that article the partner-historical inflection points that found the representation of the identities construction of the Community of Conceição of the Creole ones. In this sense, I try to discuss on subjects that involve the construction of the remaining identity "of quilombo". I Begin being about the history of occupation of the area, for that I highlight the approaches for recognition of the authority and of the legitimacy of an extraordinary diversity lands contained in the actions of the Brazilian State and of its representatives. A history of the territorial occupations it was experience in that communities as the one of Conceição of the Creole ones didn't just survive, but they ended for if they consolidate, in spite and for against of its outlying position and of the countless conflicts.

Keywords: community, territorial occupation, identity.

A colonização da região

Apresento nesse artigo os pontos de inflexões sócio-históricos que fundam a representação da construção identitária da Comunidade de Conceição das Crioulas. Trata-se de uma comunidade localizada no sopé da Serra de Umãs, em Salgueiro-PE, habitada por descendentes de negros e de índios que se fixarão nessa região do semi-árido do sertão pernambucano. Limita-se ao norte com Salgueiro, ao sul como Carnaubeira e Belém do São Francisco, a sudeste com Cabrobó, a oeste com Parnamirim e a leste com Mirandiba. Conceição é o 2ª distrito de Salgueiro, cujo povoamento inicia-se em meados do século XVII, quando foram fundadas as primeiras fazendas.

Analisar a construção da identidade da comunidade de Conceição onde o “ser para o outro” se apresenta pelo processo de interpelação, a meu ver, é afirmando a diferença que as mulheres podem liberta-se do outro referente, para isto é importante não perder de vista a

questão da relação entre, o sujeito masculino universal e o outro. “o feminino representa um outro metafórico e esta alteridade, mais que uma condição de inferioridade, torna-se um modo de vida, de pensamento e de escrita que permite a abertura, a pluralidade, a diversidade, a diferença, para além do pensamento binário.” (Seguin apud Descarries, 2000:26).

Início tratando da história de ocupação da região, para isso, destaco os critérios para reconhecimento da autoridade e da legitimidade de uma extraordinária diversidade fundiária contida nas ações do Estado brasileiro e de seus representantes. A questão fundiária no Brasil compreende uma constelação de situações que vai além do tema de distribuição de terra e se torna uma problemática centrada nos processos históricos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem a uma diversidade de formas, que deve ser contempladas dentro do marco legal do Estado.

O sertão de Pernambuco ocupa hoje uma área de 16.535 Km², mais de dois terços do espaço total do estado. Tem como característica uma paisagem bastante variada, com formações vegetais típicas da caatinga onde predomina o clima semi-árido. Por tudo isto o conceito de sertão tem algo a ver, também, com a história das fronteiras. Para Leonardi o sertão é lugar:

(...) onde a imaginação crescia, virando ‘causo’, ou mentira, ou lenda, ou mito, ou fato histórico, ou esquecimento. Ou tudo isso junto, de uma só vez [...] Sertão, por isso mesmo, é uma categoria histórica que se situa na metade do caminho entre a ficção e a realidade: lá, onde só chega a intuição fora do tempo de que falava Leibniz. A única que nos ajuda a tratar, historicamente, do tema da sensibilidade (...) (Leonardi, 1996: 310).

Desta forma, percebe-se, que as resistências ativas às invasões representam uma das respostas mais comuns na história da expansão de fronteiras, onde o “ser para o outro” procurou novas ondas de territorialidade por parte das comunidades negras rurais e quilombolas em geral. Toda a região era chamada de Rodelas, sendo o coronel Garcia d’Ávila o proprietário das terras do alto São Francisco. Dada sua extensão, esses domínios territoriais, foram gradualmente objeto de arrendamento de partes de suas terras a particulares. Na historiografia sobre a conquista e a ocupação dessa região há certo consenso de que a abundância de terras públicas incentivou as posses, prática que precedeu à concessão de títulos de propriedade, fenômeno não específico da região. ¹

Em meados do século XVII, após a expulsão dos holandeses a metrópole portuguesa investe no movimento de distribuição das terras sertanejas, tentando assegurar a ocupação e defesa do interior pernambucano com a colonização. O processo de ocupação é, assim, descrito por Guerra:

(...) Em meados do século XVII, logo depois dos holandeses terem abandonado o Recife e ter-se constatado a restauração pernambucana, verificou-se o sistema de distribuição das terras sertanejas em grandes sesmarias. Estas geralmente eram doadas aos seus descobridores, como incentivo ao desbravamento e colonização, dado que os seus possuidores deveriam situar-se ali com fazendas de criação de gado, ou cultivo da terra, embora com incipiente agricultura, porém, com conseqüentes funções de pequenos núcleos de vida coletiva de onde, aos poucos, teriam que crescer os florescentes povoados, vilas e por fim as cidades da zona sertaneja pernambucana (...) (Guerra, 1951: 35-36)

No final do século XVIII, a região onde hoje está situado o município de Salgueiro pertencia ao município de Cabrobó e boa parte dessas terras era da paróquia daquele município². Eram terras pouco habitadas, prevalecendo aldeias de índios remanescentes da tribo Cariri. Informa Mabel de Albuquerque:

(...) os índios da tribo Cariri são os primeiros habitantes conhecidos do Agreste e do Sertão Pernambucano. A história desta região mostra que os indígenas foram progressiva e violentamente dizimados no contato com os brancos, interessados em apossar-se das terras para a criação de gado (...). À medida que os brancos foram penetrando em direção às terras sertanejas os índios foram se refugiando nas serras. Estas localidades se tornaram também lugar de refúgio de negros quilombolas. Em geral, para resistir aos conflitos inevitáveis, índios e negros se uniram contra o inimigo branco (...) (Albuquerque, 1997: 13-15).

O dado singular é perceber que na medida em que os brancos foram penetrando as terras sertanejas, índios e negros buscaram refúgios nas serras, processando assim, a ocupação dessa região.

Manuel Correia de Andrade em sua análise mostra como o sertão nordestino foi integrado na colonização portuguesa:

(...) Garcia d'Ávila e seus descendentes, porém, estabelecidos na casa-forte da baía de Tatuapera – a famosa casa da Torre - , embora não desdenhassem as possibilidades de riquezas minerais, deram maior importância ao gado e, desde o governo de Tomé de Souza, trataram de conseguir doações de terras, sesmarias, que cada vez mais penetravam o sertão, subindo o Itapicuru e o Rio Real, para alcançarem o Rio São Francisco. Nem este grande rio deteve a ambição, a fome de terras dos homens da casa da Torre que, através dos seus vaqueiros e prepostos, estabeleceram currais na margem esquerda, pernambucana, portanto, do Rio São Francisco e ocuparam grande parte dos sertões de Pernambuco e do Piauí (...) (Andrade, 1998: 167).

Com base nesse enfoque é possível entender como se processou a ocupação territorial do sertão e como essa expansão produziu um conjunto de choques territoriais para os povos que habitavam aquela região. Em 1710, os Garcias d'Ávilas eram os maiores latifundiários do Brasil, possuíam nas terras do sertão, mais de 340 léguas de terra nas margens do Rio São

Francisco e de seus afluentes (Idem, Ibidem: 168). Toda essa área foi ocupada com base na pecuária extensiva e na economia de pequenos produtos de subsistência.

A ocupação da região onde se localiza a comunidade inscreve-se no movimento de povoamento do interior pernambucano, que teve início em meados do século XVII estimulado pelas autoridades como forma de assegurar a defesa da região e sua exploração econômica. Nas “brechas” abertas pelos vazios de povoamento, pelas grandes extensões das propriedades rurais e pelas práticas dos arrendamentos, muitos “posseiros” e “proprietários” não definidos e/ou classificados como tais pelo poder governamental e particulares acabaram concretizando seus sonhos da terra própria. Dentre aqueles, pessoas livres ou libertas, negras e pobres, encontram-se as primeiras mulheres que se fixaram nas terras do sopé da serra de Umas, as “crioulas” do núcleo original da Comunidade de Conceição das Crioulas.

A questão da memória da escravidão

A história das ocupações territoriais foi experiência em que comunidades, como a de Conceição não apenas sobreviveram, mas acabaram por se consolidarem, apesar e por conta de sua posição periférica e dos inúmeros conflitos. Esses grupos sociais lograram êxito na manutenção de seus territórios, não apenas porque se encontravam afastados dos centros do poder econômico, mas principalmente por terem desenvolvido estratégias que os mantiveram lá, não em outro lugar. É justamente por isso que tais grupos, organizados cada um a sua maneira, puderam resistir aos efeitos desagregadores da sociedade que os circunscrevia com a dependência. Manuel Correia de Andrade, em seu livro “A terra e o Homem no Nordeste”, explicita as circunstâncias históricas dessas ocupações:

(...) Nestes sertões (o de Pernambuco) desenvolveu-se uma civilização sui generis. Aí os grandes sesmeiros mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades, dirigidos quase sempre por um vaqueiro que, ou era escravo de confiança, ou um agregado que tinha como remuneração a ‘quarta’ dos bezerras e potros que nasciam. Outras áreas eram dadas em enfiteuse, os ‘sítios’, que correspondiam a uma légua em quadro e eram arrendadas a 10 mil réis por ano aos posseiros. As grandes distâncias e as dificuldades de comunicação fizeram com que aí se desenvolvesse uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender as suas necessidades. (...) (Idem, Ibidem: 170).

O autor salienta os espaços abertos e ocupados por aqueles grupos, ao ressaltar, de forma simplificadora, o “caráter absenteísta dos fazendeiros” que viviam, “em geral, nas cidades do interior mais próximas às suas fazendas, onde se dedicam a outras atividades econômicas, sobretudo ao comércio.” (Idem, Ibidem, 182). De longe comandavam suas fazendas, propriedades que envolviam uma população trabalhadora constituída por posseiros,

meeiros, sitiantes, agregados, retirantes; todos, com suas famílias, constituíam a força de trabalho rural a povoar os sertões. O autor fala ainda dos conflitos e violência que marcaram estas relações de trabalho, e que o distanciamento físico de presença dos proprietários não significava possibilidade de humanização e de acesso às terras pelos trabalhadores, livres ou escravos, de ambos os sexos.

Em outra passagem do seu livro Manuel Correia de Andrade ao falar da trajetória percorrida pela pecuária chega até a serra do Umã, que é hoje habitada pelos índios da etnia Atikum, região que faz fronteira com a serra das Crioulas habitada por descendente de negros:

(...) em Pernambuco, nas bacias dos afluentes do São Francisco, faz-se também esta migração sazonal; assim, o gado do baixo Pajeú, por exemplo, conforme os rigores da estiagem, é levado para as serras de Umã e Arapuá, ou para o alto curso deste rio, para Serra Talhada, onde os fazendeiros alugam cercados a fim de não só disporem d'água, como também aproveitam o restolho das culturas de algodão, fava e milho, aí abundante (...) (Idem, *Ibidem*: 182-183).

Neste ponto, o autor fornece dados indicativos de como os fazendeiros aos poucos foram se aproximando de lugares ocupados por índios e negros, lugares de terras boas e férteis. A serra do Umã historicamente habitada por índios que se intercambiavam com os negros habitantes das serras vizinhas. Essa convivência acaba por dificultar uma definição étnica mais clara. O que leva Abdias Moura a atribuir características consideradas possíveis para identificar os moradores dessa região e assim descreve:

(...) sobre os habitantes dessa mesma área do sertão pernambucano, considerados genericamente, um documento datado de 1873 diz que 'a maior parte dos indivíduos a que nesta Província se dá o nome de índios são de uma raça já degenerada; os pretos, pardos, mais ou menos fulos, que vivem com os índios, todos são também conhecidos sob esta denominação'. A recíproca poderia ter sido acentuada: que eram 'negros' os que, resultantes da miscigenação de africanos com índios, ou mesmo com brancos, tornaram-se escravos; e como tal foram considerados, para fins de registros. Da mesma forma, não seria incomum ser registrado como 'branco' todo o que, não sendo escravo e vivendo fora dos aldeamentos indígenas, apresentava sinais exteriores de brancura, principalmente pele clara e cabelos estirados (...) (Moura, 1985: 157).

Desse modo, a escolha da cor pode ser considerada uma escolha arbitrária que passava por categoria classificatória própria do século XIX a qual procurava “naturalizar as diferenças” fundadas nas teorias das raças tão presentes neste século. Para Lilia Schwarcz, embora seja antiga a percepção da “diferença” sua “naturalização” acontece apenas no século XIX com as teorias das raças a qual procura “naturalizar as diferenças”, essa “representação mestiça” que se fazia do país significou, nesse momento:

(...) o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais. Em meio a esse projeto grandioso, que pretendia retirar a diversidade humana do reino incerto da cultura para localiza-la na moradia segura da ciência determinista

do século XIX, pouco espaço sobrava para o arbítrio do indivíduo. Da biologia surgiam os grandes modelos e a partir das leis da natureza é que se classificavam as diversidades (...) (Schwarcz, 1993: 65).

Recorro aos discursos racialistas do século XIX, apenas para mostrar que as identidades construídas a partir de valores pautados nos modelos deterministas raciais que foram bastante difundidos no Brasil é que fundamenta as diferenças e hierarquias na nomeação desse povo, torna-se, portanto, veículo pelo qual é possível apreender as desigualdades.

Tal construção, amplamente difundida em Pernambuco, responde pela disseminação do mito da democracia racial, da suavidade da escravidão, como denunciaram vários estudiosos da escravidão.³

Em relação ao povoamento dessa área vários autores apontam para a diversidade dos grupos humanos que inicialmente habitaram a região. Alguns dados contribuem para desmistificar a idéia defendida por pessoas que acreditam que no sertão de Pernambuco não havia escravidão. Nesse sentido considero apropriado destacar o depoimento do fazendeiro da região Francisco de Assis por ser representativo desse pensamento, como persistência da memória coletiva, para ele:

*(...) nesse tempo eles (os fazendeiros) não tinha escravo, eles tinham agregados, o escravo trabalhava a mão de obra em troca de alimentação, tinha muita fartura que eles eram criadores de caprinos, de ovinos e bovinos, mas quando matavam animal para consumo distribuía com os agregados, quando faziam plantios os agregados tinham uma percentagem, funcionavam mais como meeiros, do que como escravos (...)*⁴.

Entendo como análise o esforço de interpretação, de compreensão do processo de produção de sentidos. Assim sendo, parece-me bastante promissor recorrer a outras análises no sentido de compreender quem eram esses agregados e o que faziam? Para Rivaldo Paiva: “Nunca existiu escravidão negra nessas terras sertanejas, todavia seus ditos arrendatários, logrando uma mão-de-obra mais em conta, usavam os pretos como aglomerado, trocando casa e comida pelo trabalho dos mesmos” (Paiva, 1995:18). Algumas questões podem ser levantadas a partir dessas colocações: a primeira trata da utilização dos pretos como aglomerado, o que contradiz com a idéia de benevolência dos fazendeiros locais em relação aos agregados, como se a convivência entre ambos fossem de muita solidariedade, quando na verdade esses agregados não passavam de lavradores estabelecidos em terras alheias. A segunda questão é a defesa de ambos da não existência de escravos no sertão de Pernambuco, o que se contrapõe à idéia defendida por Manuel Correia de Andrade. Para ele, a figura principal do trabalhador existente nas fazendas é o vaqueiro que “cuida do rebanho, administra a propriedade e, na ausência do proprietário, dá ordem aos trabalhadores e

agregados” (Andrade, 1998: 183). Contudo, o autor admite a existência de escravo no sertão nos séculos XVIII e XIX, embora em número bastante reduzido, diante do alto preço dos mesmos e acrescenta: “normalmente, os senhores-de-engenho dispunham de 12 a 15 escravos por engenho, o que os obrigava, sobretudo nas épocas de plantio e colheita, a recorrer a agregados e assalariados” (Idem. Ibidem: 177).

Os dados da tabela corroboram e complementam a idéia no que se refere ao funcionamento e à dinâmica do mercado de escravos para Pernambuco no período de 1800 a 1887. Ao apresentar os preços de escravos na zona da Mata e no Agreste-Sertão a tabela mostra primeiramente que os preços evoluem de forma muito paralela, nas duas áreas, sinalizando que os mercados de mão-de-obra escrava se intercambiavam nas diversas zonas da província, em seguida sugere que a elevação de preço dos escravos no Agreste e no Sertão, acompanhavam de perto as variações da zona da Mata isso é um dado a mais em favor da racionalidade econômica dos proprietários dos pequenos plantéis de escravos nessas áreas. Assim sendo, “não há por que supor que essa fosse uma escravidão marginal, desligada do processo produtivo, movido por objetivos não-econômicos” (Versiane; Vergolino, 2002: 7).

Pernambuco
Evolução do Preço Médio dos Escravos Padrão, por quinquênios e áreas, 1800-1887
Em Mil Réis

Anos	Plantel		Preços Médios	
	Ag.-Sertão	Mata	Ag.-Sertão	Mata
1800-1804	60	4	98.867	107.500
1805-1809	26	69	119.231	115.725
1810-1814	82	109	122.878	108.780
1815-1819	54	229	127.478	130.917
1820-1824	169	257	154.751	151.409
1825-1829	122	93	141.770	227.097
1830-1834	325	44	234.754	250.455
1835-1839	110	23	248.955	365.652
1840-1844	167	92	352.316	417.065
1845-1849	79	40	347.532	377.500
1850-1854	96	28	423.698	407.143
1855-1859	127	194	759.252	975.354
1860-1864	71	36	914.789	819.444
1865-1869	73	17	855.948	923.529
1870-1874	56	29	697.089	475.862

1875-1879	63	40	532.935	775.000
1880-1884	50	34	577.200	655.882
1885-1887	6	9	383.333	250.000

Fonte dos dados básicos: Inventários IAHP. Nota: Os Escravos Padrão, neste trabalho, correspondem aos indivíduos com idades entre 15 e 40 anos, livres de doenças e defeitos físicos.

Em Pernambuco a demanda por escravos esteve quase sempre associada às grandes plantações de açúcar. No entanto, já se sabe que uma grande proporção dos escravos não estava na região açucareira, mas no Sertão semi-árido, onde predominava a criação extensiva de gado, ou na região do Agreste, onde se plantavam algodão, culturas alimentares e também se criava gado, quase sempre em propriedades relativamente pequenas. A tabela além de apontar para a intercomunicação e para o caráter econômico da escravidão entre as várias zonas da província desmistifica, a meu ver, a idéia da benevolência e da não existência da escravidão no Sertão.

Para se entender melhor o conceito de agregado, Ney Lopes em sua Enciclopédia brasileira da Diáspora africana, dá o significado desse termo. Para ele é o nome “dado no Brasil aos ex-escravos que, pós abolição, permaneceram ligados aos seus antigos senhores, adotando seu sobrenome, morando sob o mesmo teto, integrando à rotina da família e submetidos à autoridade do patriarcado” (Lopes, 2004: 41).

A história da formação desse povo da comunidade de Conceição das Crioulas aponta para a constituição da diversidade encontrada nos vários grupos humanos que habitam esse lugar. Abdias Moura afirma que muitos dos escravos fugidos procuraram refúgios em áreas sertanejas, fato que levou o escritor Clóvis Moura a dizer que “no sertão nordestino (...) a presença do negro (...) não foi fundamentada no trabalho, mas que ele apareceu como perturbador da economia, como fugitivo, como quilombola”. Por isso, “não apareceu nas poucas estatísticas que escaparam ao fogo e ainda podem ser manuseada pelos pesquisadores” (Moura, 1985: 156). Acrescenta ainda, um dado relevante, o quantitativo de mulheres que se dedicavam a agricultura: “apesar da maior quantidade de mulheres escravizadas, no conjunto dos municípios, observa-se certo equilíbrio entre as atividades de tipo urbano (jornaleiro, ou serviço doméstico) e as agrícolas: 434 para as primeiras e 417 as últimas” (Moura, 1985: 157).

Corroborando com a citada idéia acrescenta Barbosa, baseada em pesquisas nos livros de batismo e casamento das paróquias do sertão pernambucano, no século XVIII e XIX, “os nativos aparecem miscigenados com negros e brancos e constituem a massa da população

brasileira dos sertões, conhecida como os pardos, este momento considero como sendo a terceira fase de ocupação dessa região (Barbosa, 2004: 4).

Sendo assim, a colonização do sertão pernambucano apresenta-se em toda sua diversidade, por isso é interessante contextualizar como foi processado historicamente em relação à comunidade negra rural de Conceição das Crioulas, que segundo o senhor Virginio Vicente, morador da lagoa, “foi começada assim”:

*(...) num existia branco, num tinha esse problema de branco não, é aí que então que o começo dela, dizem que foi as crioulas, não é crioulo, é crioulas, arredou esse terreno aqui um quadro e foro pagando a renda, fiavam uma lâzinha de algodão, aquelas bolazinhas e foro vender em Flores, lá é que pagavam né a renda da terra até que venceu esse tempo e ficaram donas (...).*⁵

Como esse antigo morador da Lagoa, os discursos dos depoentes mais velhos da comunidade acerca de sua formação são significativos, quanto ao esforço de preservar na memória o ato inaugural de constituição da comunidade, de reafirmar sua tradição, construção legitimadora da posse da terra e da própria existência da comunidade como tal. Assim, nesse imaginário, o marco histórico fundamental reside na ação das seis ‘crioulas’ que arrendaram a terra e com seu trabalho pagaram o arrendamento e garantiram sua sobrevivência.

Estudos como o de Ferraz contribui com os argumentos dos moradores da comunidade de que foram eles juntamente com os índios os primeiros a ocuparem aqueles sertões.

(...) ao noroeste do município de Floresta, nos seus limites com o município de Salgueiro, ergue-se a Serra do Uman. De pouca elevação, suas abas são, no entanto, extensas, boas e férteis de lavrar. Ali ainda existe um aldeamento de indígena do mesmo nome, um tanto abandonados, sem orientação e sem estímulo para o trabalho. Vivem da pequena lavoura de manutenção e apresentam uma característica racial interessante pela mescla com o grupo negro, muito numeroso naquela serra e que se constitui numa espécie de tribo conhecida pela designação de ‘os negros da serra do Uman’ (...) (Oliveira apud Ferraz, 2000: 51).

É inegável a idéia de que esses sujeitos diante de todas as adversidades históricas tiveram que se encontrar nessa área e se reagruparem, formou aliança contra o inimigo comum, os invasores. Mas a história não foi construída apenas de resistência, existiram também processos de conformação, apropriação, consentimento, predomínio e encontro entre todas as partes envolvidas.

Esses complexos processos resultaram no estabelecimento de territórios dos diversos grupos sociais e mostram como a constituição e a diversidade cultural de um grupo social é plural. Além do que é possível perceber que “o território de um grupo social determinado, incluindo as condutas territoriais que o sustentam, podem mudar ao longo do tempo dependendo das forças históricas que exercem pressão sobre ele” (Little, 2002: 5).

Provavelmente seja esse o caso da comunidade de Conceição das Crioulas, as forças históricas começaram a pressionar e a comunidade começou a sofrer os seus efeitos e modificar a sua relação com a sociedade envolvente.

Identidade e desafios/perspectivas futuras para a comunidade

Contam as guardiãs da memória coletiva da comunidade que antigamente os moradores tinham uma convivência harmoniosa entre si, as obrigações recíprocas, os laços de parentescos e as relações de vizinhanças entre índios e negros era de respeito e reciprocidade que preservava a unidade social do grupo.

O conflito se instalou quando a região tornou-se objeto de cobiça e de conquista de outros sitiantes/fazendeiros, brancos e com maiores posses. Como depõe um antigo morador do sítio Sete Lagoas:

(...) chegaram e pediram (os brancos): ‘me dê aqui pr’eu colocar um currau, deixa o gado aí’ (...) já aqueles tolos, porque eram tolos, já dava os filhos pra eles ser padrinhos e aí eles iam entrando, se apossando (...) ‘me venda aí dez braça (...) pelo um pedaço de queijo, um quarto de boi’, e foi indo assim, eles sabidão, sabendo o que tava fazendo e os moreno, nós dormindo e eles sabendo o que tava fazendo aí foi... Eles ficaram com tudo e nós quase nada.⁶

Nesse discurso, muitas vezes se fazem ouvir, podem-se perceber vários personagens: o próprio morador e os brancos fazendeiros, que aparecem na história como os opressores; aqueles que se utilizaram da ingenuidade, da generosidade dos “crioulos tolos”, que pareciam dormir e não se davam conta do que ocorria. E assim, aos poucos, sutilmente, os fazendeiros “sabidão” foram se apossando das terras dos “moreno”. Nesse relato, também se evidencia a inversão operada, como as representações veiculadas acerca de “branco” como esperto e dos “negros” como ingênuos, invertendo a construção veiculada na sociedade branca e escravocrata que via o negro como o “malandro” e com suas ressonâncias no imaginário social contemporâneo. Percebem-se ainda algumas das estratégias criadas pelas pessoas pobres para se garantirem na terra ou mesmo como mecanismos de trocas de favores, a rede de relações de compadrio. O compadrio permanece, em Conceição, tal como nos tempos coloniais, uma prática que estabelece laço e que às vezes permanecia, após a liberdade dos escravos, para Leonardi são:

(...) essas estranhas misturas de carinho e ódio, medo e confiança, castigo e generosidade que conferem ao regime colonial português a sua especificidade, e ao patriarcalismo senhorial um papel desencorajador dos esforços coletivos de emancipação, exercendo uma influencia que limita, esteriliza e mantém o negro na dependência, sob outros métodos (...) (Leonardi, 1996: 142).

As maneiras específicas como essas relações funcionaram podem ser entendidas como “estranhas misturas”, por outro lado funcionou para muitos como estratégias de sobrevivência.

Toda essa gama de informação me conduz a querer historicizar como opera a construção das identidades na comunidade e como essa comunidade agiu ao ser convocada a construir a identidade de “remanescente de quilombo”.

A história de negras e negros no Brasil está associada a variadas tradições: opressão, luta, negociação, acomodação, resistência, rebeldias. À opressão, escravos e escravas responderam com luta, explicitadas nas mais variadas formas de resistência ao cativeiro – fuga, suicídio, insurreições, formações de quilombo, etc. Muitas dessas fugas resultaram na formação dos quilombos. No senso comum, quilombo é aldeamento de escravos fugidos. Etimologicamente, tem origem no quibundo Kilombo e designa povoação, povoado, acampamento, etc. (Nei Lopes, 2004: 550). Mas, Segundo Clóvis Moura,

(...) Não podemos deixar de ver o quilombo como um elemento dinâmico de desgaste das relações escravistas. Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente (...) (Moura, 2000: 11).

A palavra quilombo está associada a vários significados. Assim, segundo D. José I, rei de Portugal, em documento de 2 de dezembro de 1740, quilombo ou mocambo compreendia “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles.” (Fundação Cultural Palmares, 2000: 11). A idéia de quilombo como reduto de escravos fugidos que viviam isolados em locais de difícil acesso, sem nenhum contado com o meio circundante, passou como verdade por séculos, e tem eco até os dias atuais. Mas os quilombos não se restringiram à definição jurídica do período colonial, uma vez que, conforme atenta Alfredo Wagner Almeida:

(...) houve escravo que não fugiu, que permaneceu autônomo dentro da esfera da grande propriedade e com atribuições diversas; houve aquele que sonhou em fugir e não pode ou conseguiu fazê-lo, houve aquele que fugiu e foi recuperado e houve esse que não pôde fugir porque ajudou os outros a fugirem e seu papel era ficar. (Almeida, 2000: 175).

As crioulas fundadoras da Comunidade de Conceição, não se enquadram, segundo a memória oral, em nenhum desses casos, pois eram as crioulas mulheres livres.

Ao analisar a formação dos quilombos no Recife, Marcos Carvalho traça um panorama que fornece elementos para se supor indicativos da formação dos quilombos no resto do estado, para ele:

(...) nunca faltaram fugas de escravos no Recife. Alguns aproveitavam-se dos cortes que o Capibaribe fazia entre os bairros para se evadirem dentro da própria cidade em busca de dias melhores. Existem ainda casos mostrando o outro lado da história: fugas do Recife para o interior, ou até para fora da província, buscando a distância do senhor, ou a proximidade de parentes, amores, amigos e pessoas da mesma etnia ou nação (...) (Carvalho, 2002).

Carvalho ao continuar sua análise nos indica ainda, quais as características possíveis dos cativos que no século XIX aportaram em Pernambuco, segundo o autor em sua maioria vinham da região onde atualmente situa-se Angola e Congo e que embora tivesse alguns guerreiros, a maior parte eram “crianças, agricultores, pastores e mulheres” (idem, *Ibidem*: 179). O que leva a supor, ser esse o caso das seis negras fundadoras da comunidade de Conceição das Crioulas chegaram naquelas paragens, um dos poucos pedacinhos férteis do sertão, e procuraram fazer aquilo que mais sabiam: trabalhar como agricultoras e fabricar artesanatos com a fibra do caroá. Assim, segundo a tradição, preservada pelo relato dos moradores mais velhos: “no início do século XIX, seis mulheres negras e livres: Mendecha Ferreira, Chica Ferreira, Francisca Presidente, Matilde, Augustinha e Germana, chegaram nessa região, fixando morada e vivendo em harmonia com os índios da etnia atikun, nativo da região” (Jornal Crioulas, 2003: 2).

Entre esses acontecimentos há, com efeito, descontinuidades, não somente porque as seis mulheres fundadoras não existem mais materialmente, mas porque as mulheres de hoje, embora recorrendo às lembranças das mulheres fundadoras não tem nenhum meio de reconstituir suas práticas e suas imagens. No entanto, quando se olha mais de perto, o caso de Conceição das Crioulas, sua tradição oral, se verifica a existência de elementos recorrentes, que apreendido conjuntamente, acabam por informar sobre um passado que não tem registros nos livros de história.

Além dessas situações, existiram aqueles que conseguiram comprar terras depois da sua alforria, representando mais uma dentre as diversas situações de formação dos quilombos. Nas décadas de 1980 e 1990 os estudos sobre quilombo no Brasil sinalizam para as transformações permitindo uma reavaliação da história dos quilombos no Brasil. Não estabelecendo modelos preconcebidos, tomando como padrão o Quilombo dos Palmares, as ampliações dos estudos atentam para as especificidades dos inúmeros quilombos espalhados por todo território nacional. Em 1988, pelo artigo 68 da Constituição Federal, reconheceram-se os direitos territoriais das comunidades identificadas como “remanescentes de quilombos”. Segundo o texto: “Aos remanescentes da comunidade dos quilombos que estejam ocupando

suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

Após a promulgação do texto constitucional, começa uma verdadeira via-crúcis para delimitar quem deveria ser enquadrado como “remanescente de quilombo”. A interpretação do que vem a ser quilombo hoje é uma das questões mais amplamente discutidas em função da necessidade de titular tais terras. A Fundação Cultural Palmares, em consequência desse artigo da Constituição, realiza estudos antropológicos com vistas a orientar/subsidiar a identificação e reconhecimento territorial das comunidades quilombolas. Em novembro de 1998, foi publicado o relatório de identificação e reconhecimento territorial da Comunidade Negra Rural de Conceição das Crioulas. Finalmente, em julho de 2000, ela foi reconhecida como “remanescente de quilombo”, conforme definição contida no art. 2º do Decreto Federal nº. 4887, de 20/11/2003.

Alguns questionamentos podem ser feitos ao se tentar entender a trajetória percorrida por esses sujeitos que residem naquela localidade há cerca de 200 anos tentando se estabelecer e construir sua identidade social. Ao se afirmar como sujeitos “remanescentes de quilombos” tentam preservar suas terras como “regime de propriedade comum” com vistas a conquistar sua autonomia e sua liberdade. Hoje esses sujeitos são convocados a construir uma identidade a qual teve que negar, pois, a imagem que se construiu em cima do negro/escravo é incompatível com a do negro/proprietário, assim sendo, como ficam esses sujeitos séculos depois lutando para se afirmar como sujeito de direito, quando historicamente o “ser negro” foi sinônimo do não direito?

Assim, a comunidade tem que construir o discurso da identidade política para responder a uma ordem legal, portanto deve aceitar e reconstruir uma identidade que tem em sua base o discurso da negatividade, do marginal, pois foi essa construção que ideologicamente compões o pensamento da elite brasileira. Embora na Constituição brasileira “todos sejam iguais perante a lei”, na prática o que de se vê é uma tentativa de criar uma identidade baseada no princípio em que o branco masculino e heterossexual é paradigma do modelo ideal, desta forma a “identidade como um fenômeno contínuo, coerente e histórico se revela como fantasia que apaga as divisões e descontinuidade, as ausências e diferenças que separam os sujeitos no tempo” (Scott, 2002:8). São as implicações que podem ocorrer com processos que tendem fixar e estabilizar a identidade, que a meu ver, é o que aconteceu com a imposição da identidade de “remanescente de quilombo” a comunidade de Conceição das Crioulas.

O antropólogo, Alfredo Wagner Berno de Almeida, faz algumas observações interessantes, no sentido de perceber essas identidades coletivas não como passados ou como “remanescentes”, tendo em vista o próprio manejo com que esses grupos trabalham em suas terras, preservando-as, mantendo sua capacidade de conservar suas roças, a pequena fauna e plantas medicinais, mesmo depois de ser usada por dezenas de anos, servindo inclusive de lição para a sociedade nacional, além de serem comunidades que se constituíram como sistema social autônomo em relação à sociedade abrangente. Para ele esse dado da consciência ecológica, da afirmação étnica e do critério político, não é passado, não é o que sobrou, é o futuro. Portanto, considera uma impropriedade,

(...) se trabalhar isso como “sobrevivência”, como “remanescente”, como sobra, como resíduo, porque é justamente o oposto – é o futuro, é o que se manteve em melhores condições para viverem independentes dos favores e benefícios do Estado (...) (Almeida, 2000: 181).

A comunidade de Conceição mesmo depois de ser reconhecida como “remanescente de quilombo” se organizou e formou uma associação com o objetivo de ter suas terras tituladas. Mas, mesmo tendo a titulação das terras não resolveu o problema do acesso a área que eles consideram como suas, pois continuam na luta pela demarcação da mesma.

Os conflitos em Conceição tornam-se ainda mais acirrados quando em 2004 o INCRA inicia o processo de georreferenciamento e de levantamento fundiário da terra quilombola. A partir desse momento, o que era visto apenas como possibilidade se torna realidade com a identificação das benfeitorias a serem indenizadas e com a classificação dos ocupantes que não são quilombolas. Nos relatos da comunidade o confronto é uma realidade constante entre os ocupantes da área quilombola, um deles denuncia a ameaça feita por fazendeiros da região contra moradores que lutam pela causa quilombola. Ainda, segundo relato da Associação em 4 de dezembro de 2004 houve uma ameaça verbal do senhor Simão Gonçalves dos Santos aos coordenadores da associação onde o senhor Simão na presença de terceiros teria dito que se seu terreno fosse atingido pela demarcação das terras quilombolas, essas pessoas não continuariam vivas para trabalhar na terra. As ameaças continuaram e não se restringiu só as palavras, ela foi concretizada em uma demonstração clara da força do poder local, na madrugada do dia 12 de dezembro de 2004, quando jogaram gasolina e atearam fogo à sede da Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC.

Quando se procura entender as causas dos conflitos as pessoas alegam que tudo começou a partir da política partidária, e, acrescentam que antigamente isso não existia, o que me leva a supor que tudo teve início quando a comunidade foi chamada a assumir uma

identidade seja ela “negra” ou “índia”, porque o que estava em jogo era o direito legal pela posse da terra, pois como afirma a liderança Atikum: “eu mesmo planto na terra que é dos quilombos, tem gente de lá que planta aqui e isso nunca foi problema”. Os problemas começam quando na comunidade implode os padrões de convivência. Atualmente a comunidade de Conceição das Crioulas junto com a comunidade indígena vem tentando restabelecer os laços de solidariedade e os jovens têm contribuído muito para que isso ocorra.

A questão da demarcação das terras caminha a passos lentos, mesmo assim, a comunidade de Conceição das Crioulas não desanima e segue sua trajetória de luta objetivando a conquista legal do território. Nessa luta as mulheres ocupam lugar privilegiado, pois são as principais responsáveis por tudo que a comunidade conquistou até hoje. Importantes iniciativas partiram das mulheres, principalmente na elaboração de projetos sociais privilegiando a geração de rendas, o manejo sustentável, assim como na luta pelos direitos quilombolas e acesso a uma educação de qualidade e diferenciada.

Acredito que, para compreender os caminhos trilhados pela comunidade de Conceição das Crioulas ao reivindicar a demarcação do seu território, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu, como foi defendido e/ou reafirmado.

Com base nesse enfoque, o presente artigo, privilegia as experiências, as estratégias criadas pela comunidade e suas perspectivas futuras, destacando como fator importante a ação política desempenhada pelas mulheres desde sua fundação.

-
1. * Mestre pela Universidade de Brasília
 2. Por inexistir política de uso das terras, legalizaram-se títulos de propriedades, o que gerou rivalidades entre famílias que optaram por economia agrícola ou pecuária. Sobre esse assunto ver: ALENCASTRO, Felipe de. *O Trato dos Viventes – Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das letras, 2000: 346; ANDRADE, Manuel Correia de. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1973: 182-183; GUERRA, Flávio. *Pernambuco e a Comarca do São Francisco*. Diretoria de Documentação e Cultura - Prefeitura Municipal do Recife, 1951: 35-36. A noção de propriedade plena não se aplica aos domínios lusos na América. Veja-se PORTO, J. Costa. *O Sistema de Sesmaria no Brasil*. Brasília. Ed. Universidade de Brasília, 1980. V. 1. 157 p.
 3. Fonte: Série “Monografias Municipais”, Governo de Pernambuco, 1982.
 4. Nesse sentido, é relevante destacar autores como: Fernandes, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Ática, 3ª ED.VOL. 2, 1978. Schwarcz, Lilia Mortiz. “Questão racial no Brasil”. In: *Negras Imagens*. Lílian Mortiz Schwarcz e Letícia Vitor de Souza Reis (Orgs.). São Paulo: Edusp, 1996. Ventura, Roberto. *Um Brasil mestiço: raça e cultura na passagem da monarquia à república*. In: *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Carlos Guilherme Mota (Org.). *Formação: históricas*. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo, 2000.
 5. Documentário: *Conceição das Crioulas, vestígios de quilombo*. Op. Cit. 1996.
 6. Depoimento prestado ao Relatório de Identificação da Comunidade negra de Conceição das Crioulas – Salgueiro-PE. Antropóloga responsável: Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza. Recife, 1998 p. 21
 7. Depoimento prestado pelo V.V.O – sítio Lagoa, ao Relatório de Identificação da Comunidade negra de Conceição das Crioulas – Salgueiro-PE. Antropóloga responsável: Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza. Recife, 1998. p. 11
 8. Informações obtidas por meio do Programa de igualdade Gênero e Raça, intitulado: *Brasil quadro das desigualdades gênero e raça*. Divulgado pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher– UNIFEM e pela Diretoria de Estudo Sociais, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Responsáveis: Vera Soares-UNIFEM, Luana Simão Pinheiro-IPEA e Sônia Tiê Shicasho e Radakian Lino (Produção de indicadores). Publicado na internete na página <<http://www.ipea.gov.br/temas>> Especiais/retrato_das_desigualdade_texto_lançamento.pdf. Brasília, 2006.